



DEFENSORIA PÚBLICA: NECESSÁRIA E IMPORTANTE, MAS DISTANTE DA POPULAÇÃO

Autor(es)

Felipe Rossi De Andrade

Hillary Bonifácio Hermsdorf

Saulo Vinícius De Sousa Ramos

Andre Augusto Mendes Arrais

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA



Introdução

A Defensoria Pública no Brasil é vital para promover a justiça e defender os direitos fundamentais dos cidadãos mais vulneráveis, oferecendo assistência jurídica gratuita. Sua relevância é destacada no Direito Processual Civil e no processo eletrônico, onde a complexidade jurídica pode ser um obstáculo para os menos favorecidos. No entanto, enfrenta desafios significativos, como o déficit crônico de defensores públicos, que afeta 58% das comarcas brasileiras, deixando muitos sem defesa adequada. A insuficiência de recursos financeiros limita a contratação de defensores e a melhoria da infraestrutura. Apesar de ser considerada essencial pela Constituição Federal de 1988, a Defensoria não recebe apoio financeiro adequado, resultando em serviços sobre carregados e ineficazes.

Objetivo

O artigo analisa a falta de recursos humanos e financeiros na Defensoria Pública no Brasil, destacando o déficit de defensores, desigualdades geográficas no atendimento, insuficiência de recursos financeiros e suas implicações na justiça e equidade social. Propõe soluções para melhorar o financiamento e alocação de defensores, visando ampliar o acesso à justiça.

Material e Métodos

Este estudo utilizou dados secundários de fontes confiáveis como Anadep, Ipea, IBGE e artigos especializados. O processo envolveu três etapas principais:

Coleta de Dados: Dados foram extraídos de relatórios da Anadep e Ipea, especialmente do "2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil", além de informações demográficas e socioeconômicas do IBGE e artigos jurídicos complementares.



Anhanquera

Análise Quantitativa: Incluiu o cálculo da proporção de defensores públicos por habitante, a identificação de defasagens regionais na distribuição dos defensores e a avaliação do orçamento destinado à Defensoria Pública.



Análise Qualitativa: Abrangeu a revisão de literatura para contextualizar a importância e os desafios da Defensoria Pública, além de entrevistas e testemunhos de defensores e usuários dos serviços para ilustrar os impactos da falta de recursos.

Resultados e Discussão

O Brasil enfrenta um déficit significativo de defensores públicos, com aproximadamente 6.640 profissionais para atender 178 milhões de pessoas vulneráveis. A recomendação é de um defensor para cada 15 mil habitantes, mas a realidade é um para cada 30.584. A distribuição é desigual, com estados como Paraná, Santa Catarina e São Paulo entre os mais deficitários, possuindo um defensor para cada 79.475, 57.221 e 56.359 habitantes, respectivamente. Apenas 42% das comarcas têm defensores públicos. A escassez está ligada à falta de recursos financeiros, afetando a contratação e infraestrutura. Seriam necessários mais 4.700 defensores, um aumento de 79,4%. A falta de defensores compromete o acesso à justiça para a população vulnerável, resultando em injustiças. Soluções incluem aumento do orçamento, contratação via concursos, melhor distribuição dos recursos e parcerias com universidades e ONGs.

Conclusão

A Defensoria Pública é essencial para a justiça e equidade social no Brasil, mas enfrenta desafios devido à falta de recursos e defensores públicos insuficientes. O déficit e a distribuição desigual comprometem o acesso à justiça para milhões de brasileiros vulneráveis. É crucial que o poder público aumente os investimentos e expanda a cobertura da Defensoria Pública, garantindo que todos os cidadãos exerçam plenamente seus direitos. Soluções incluem aumentar o orçamento, contratar mais defensores e distribuir recursos de forma equitativa.

Referências

Agência Brasil. "Defensoria Pública tem déficit de 4,7 mil profissionais no país". Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 17 maio 2024.

Conjur. "Pesquisa revela déficit de defensores públicos em 58% das comarcas". Disponível em: <https://www.conjur.com.br>. Acesso em: 17 maio 2024.

Anadep e Ipea. "2º Mapa das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital no Brasil". Disponível em: <https://www.anadep.org.br> e <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2023". Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2024.

Portal Brasil. "Defensoria Pública no Brasil: Desafios e Avanços". Disponível em: <https://www.portalbrasil.net>. Acesso em: 17 maio 2024.


Anhanguera